

# RELATÓRIO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

**Primeiro Semestre/2023**



**ROSÂNGELA FERREIRA DA COSTA**  
**DIRETORA PRESIDENTE**

**BRUNA GREICE DA SILVA ASSING**  
**DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**

**CARLOS RENATO SIMÕES AVELAR**  
**DIRETOR SECRETÁRIO E DE SEGURIDADE**

Paraopeba, 02 de outubro de 2023.

## 1. APRESENTAÇÃO

Este Relatório tem a finalidade de prestar informações com base nos dados e na gestão do primeiro semestre de 2023, fornecidos pela Presidência, Diretoria de Seguridade e Diretoria Financeira.

A disponibilização dessas informações permite aos segurados, beneficiários e ao público em geral, acompanhar as principais atividades do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Paraopeba/MG, IPREV PBA, servindo como ferramenta de transparência da gestão e dando publicidade aos atos e procedimentos administrativos.

## 2. GESTÃO CORPORATIVA

A Estrutura de Governança do IPREV PBA é composta, conforme determinação legal, pela Diretoria Executiva, pelo Conselho Fiscal e pelo Comitê de Investimentos.

O Comitê de Investimentos é órgão consultivo ao qual compete elaborar as propostas mensais e anuais de investimentos do IPREV PBA. Tem sua estrutura, composição e funcionamento estabelecidos pela Lei Municipal no 2.823/2016.

A Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal têm sua composição e competências definidas na Lei Municipal no 2.370/2006.

O Conselho Fiscal é órgão fiscalizador dos atos de gestão do IPREV PBA para proteção dos interesses desta Autarquia.

A Diretoria Executiva cuida da gestão da autarquia, zelando pelo bom atendimento, pela transparência, pela legalidade.

O controle interno é exercido pelo IPREV PBA, através da análise de seus próprios atos, anulando os ilegais e revogando os inconvenientes e inoportunos, sempre respeitando os direitos adquiridos e apreciação judicial.

É exercido ainda o controle finalístico, como forma de fiscalização preventiva e repressiva, pelo Departamento de Controladoria Geral do Município, que atesta a legalidade dos atos, bem como emite recomendações, através de seus Relatórios Semestrais e Anuais.

O controle externo é exercido pela Câmara de Vereadores, bem como pelo Tribunal de Contas do Estado, a quem o Instituto tem o dever de prestar suas contas.

## 2.1. DAS REUNIÕES

### 2.1.1. Da Diretoria Executiva

A diretoria Executiva, conforme determinação legal reunir-se-á ordinariamente uma vez ao mês, e extraordinariamente, quando necessário.

A Diretoria Executiva realizou suas reuniões ordinárias nas seguintes datas:

Competência	Data realização
<b>Janeiro</b>	308ª reunião ordinária, realizada em 14 de fevereiro 53ª reunião extraordinária, realizada em 15 de fevereiro
<b>Fevereiro</b>	309ª reunião ordinária, realizada em 20 de março 54ª reunião extraordinária, realizada em 31 de março
<b>Março</b>	310ª reunião ordinária, realizada em 27 de abril
<b>Abril</b>	311ª reunião ordinária, realizada em 18 de maio
<b>Mai</b>	312ª reunião ordinária, realizada em 15 de junho
<b>Junho</b>	313ª reunião ordinária, realizada em 19 de julho

Cumpriu, desta forma, o requisito legal da realização de pelo menos uma reunião mensal para debate de questões importantes e pertinentes à Gestão do RPPS.

### 2.1.2. Do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, conforme determinação legal reunir-se-á ordinariamente uma vez ao mês, e extraordinariamente, quando convocado.

Anota-se que o Conselho Fiscal cumpriu o determinado em legislação, realizando reuniões nas seguintes datas:

Competência	Data realização
<b>Janeiro</b>	Reunião 01, realizada em 23 de fevereiro
<b>Fevereiro</b>	Reunião 02, realizada em 22 de março
<b>Março</b>	Reunião 03, realizada em 24 de abril
<b>Abril</b>	Reunião 04, realizada em 17 de maio
<b>Mai</b>	Reunião 05, realizada em 23 de junho
<b>Junho</b>	Reunião 06, realizada em 21 de julho

### 2.1.3. Do Comitê de Investimentos

O Comitê de Investimentos, conforme determinação legal reunir-se-á ordinariamente uma vez ao mês, e, extraordinariamente, quando convocado.

Anota-se que o Comitê de Investimentos cumpriu o determinado em legislação, realizando reuniões nas seguintes datas:

Competência	Data realização
<b>Janeiro</b>	96ª reunião ordinária, realizada em 16 de fevereiro
<b>Fevereiro</b>	97ª reunião ordinária, realizada em 22 de março
<b>Março</b>	98ª reunião ordinária, realizada em 27 de abril
<b>Abril</b>	99ª reunião ordinária, realizada em 25 de maio
<b>Mai</b>	100ª reunião ordinária, realizada em 21 de junho
<b>Junho</b>	101ª reunião ordinária, realizada em 20 de julho

As atas da diretoria, conselho fiscal e comitê de investimentos podem ser visualizadas no site do Instituto.

O Cronograma de Reuniões é definido ao final de cada exercício, sendo apenas um indicativo para realizá-las, podendo a conveniência administrativa permitir a troca por outra data mais oportuna, mas sempre atendendo a norma de pelo menos uma mensal.

Em resumo, quanto à realização de reuniões mensais, o IPREV vem cumprindo esta exigência e tratando de assuntos importantes para melhorar a gestão do Instituto, prezando pela transparência de seus atos.

## 2.2. PARTICIPAÇÃO EM CURSOS – 1º Semestre de 2023

Houve a participação de 02 (dois) membros do Comitê de Investimentos em evento promovido pela Mensurar Investimentos, 02 (duas) conselheiras fiscais em evento promovido pelo BB Asset e participação da Diretora Presidente em eventos promovidos pela Mensurar Investimentos e Aliança Assessoria. Todos realizados na capital mineira. E também, a participação virtual através de lives, treinamentos e palestras exibidos por redes sociais,

## 3. GESTÃO ADMINISTRATIVA

### 3.1. Licitações e Contratos

As licitações do IPREV PBA são realizadas em sua sede, após solicitação da diretora financeira ou do diretor de seguridade, e/ou mediante despacho e aprovação da diretora presidente. Os processos foram acompanhados pela diretoria e analisados também pelo Departamento de Controladoria Geral do Município.

Todos os processos se processaram dentro do que exige a legislação federal.

Todos os contratos foram publicados no site do Instituto, podendo ser acessados através do link <http://iprevpba.mg.gov.br/categoria/id/17> (LICITAÇÕES DO IPREV). Todos os extratos de contratos e extratos de aditivos foram devidamente publicados no Diário Oficial do Município.

Abaixo processos e contratos – 1º semestre

Processo	Modalidade	Objeto
001/2023	Dispensa 001/2023	Assessoria em Investimentos e Gestão de Carteiras

002/2023	Dispensa 002/2023	Serviço de acesso à internet (provedor)
003/2023	Dispensa 003/2023	Fornecimento de galões de 20 litros de água mineral
004/2023	Dispensa 004/2023	Aluguel da sede do IPREV PBA

**Obs.: O IPREV PBA passou a usar o Pregão na forma eletrônica.**

### 3.2. Despesa Administrativa

A Lei Municipal no 2.370/2006 fixa o limite de 2% para gastos com despesa administrativa. No primeiro semestre de 2023, o IPREV PBA atendeu o limite legal, ou seja, não ultrapassou os 2% (dois pontos percentuais por cento), da remuneração dos ativos, aposentados e pensionistas, conforme quadro abaixo:

Competência	Despesa Realizada	Limite Mensal	Excedente no mês
Janeiro	R\$ 27.767,02	R\$ 77.575,72	R\$ 49.808,70
Fevereiro	R\$ 39.563,52	R\$ 77.575,72	R\$ 38.012,20
Março	R\$ 35.063,31	R\$ 77.575,72	R\$ 42.512,41
Abril	R\$ 35.230,05	R\$ 77.575,72	R\$ 42.345,67
Maiο	R\$ 35.427,04	R\$ 77.575,72	R\$ 42.148,68
Junho	R\$ 34.934,66	R\$ 77.575,72	R\$ 42.641,06
<b>Total/1º semestre</b>	<b>R\$ 207.985,60</b>	<b>R\$ 465.454,32</b>	<b>R\$ 257.468,72</b>

### 4. GESTÃO DE INVESTIMENTOS

Os recursos do IPREV PBA são aplicados respeitando os princípios de segurança, legalidade, liquidez e eficiência. A Diretoria do RPPS, é assessorada pela Mensurar Investimentos e busca, em conjunto com o Comitê de Investimentos, estratégias para que as necessidades atuariais sejam alcançadas de acordo com os prazos estabelecidos.

O portfólio do IPREV PBA se comportou da seguinte forma no Primeiro Semestre de 2023:

Mês	Carteira	Meta atuarial IPCA+4,90%A.A	CDI	IMA-G	Ibovespa
<b>Janeiro a Junho</b>	7,05%	5,36%	6,50%	8,64%	7,61%

## 5. GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

De acordo com o previsto na Lei Municipal no 2.370/2006, o IPREV PBA é Unidade Gestora Única, a quem incube o gerenciamento e a operacionalização do RPPS dos servidores públicos do município de Paraopeba, incluindo a arrecadação e a gestão de recursos financeiros e previdenciários, a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios previdenciários.

Desta forma, na área de Benefícios, no período de janeiro a junho, houve 01(uma) pensão e 14(quatorze) aposentadorias:

Requerente:	Aposentadoria/pensão por morte	Matr.	Concessão
Eloisa Ananias da Silva Nunes	Aposentadoria Voluntária	0269-1	01/02/2023
Andrea Maria Correa	Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição	0374-4	01/02/2023
Solange Ribeiro Marinho	Aposentadoria Voluntária	1630-7	01/02/2023
Matildes Gomes da Veiga	Aposentadoria Voluntária	4000-3	01/02/2023
Julia Helena Gonçalves	Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição	14740-1	01/02/2023
Renato Lucio Tolentino Mascarenhas	Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição	15207-3	01/02/2023

Tania Gomes de Figueiredo Ribeiro	Aposentadoria Voluntária	1257-3	01/03/2023
Maria Aparecida dos Santos	Aposentadoria Voluntária	1508-4	01/03/2023
Macio Eliene da Silva	Aposentadoria Voluntária	2539-0	03/04/2023
Uilter Geraldo de Souza Silva	Aposentadoria Voluntária	2580-2	03/04/2023
Marco Antonio Pereira da Silva	Aposentadoria Voluntária	2776-7	03/04/2023
Sebastião da Costa Duarte	Aposentadoria Voluntária	2822-4	03/04/2023
Luciana Marinho Gandra dos Reis	Aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição	12887-3	03/04/2023
Vera Maria Marques da Silva	Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição	14170-5	03/04/2023
Viviany Tolentino Mascarenhas de Almeida	Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição	8090-1	10/04/2023
Maria José Pinheiro Lima	Aposentadoria Voluntária por idade	12704-4	02/05/2023
Marisa Aparecida da Silva Rocha	Aposentadoria Voluntária	0153-9	16/05/2023
Lucia Maura da Silva Ribeiro	Pensão por morte do servidor Robson Luiz Ribeiro	13867-4	31/05/2023
Solange Maria Ribeiro Alves	Pensão por morte do servidor José Raimundo Alves de Oliveira	17027-6	31/05/2023

## 6. COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Com relação à compensação previdenciária – COMPREV, o IPREV PBA recebeu o montante de R\$524.049,10 (quinhentos e vinte e quatro mil, quarenta e nove reais e dez centavos) no Primeiro Semestre de 2023.

## 7. PAGAMENTO DE PROVENTOS/ SALÁRIOS

Os pagamentos dos servidores inativos e pensionistas, processaram-se dentro das datas previstas, conforme calendário disponibilizado previamente no site do Instituto e no quadro de avisos.

1º SEMESTRE 2023			
MÊS	TOTAL PROVENTOS	TOTAL PROVENTOS	TOTAL PROVENTOS
	APOSENTADOS	PENSÕES IPREV	PENSÕES PREF
janeiro	R\$ 846.304,84	R\$ 102.463,55	R\$ 11.919,60
fevereiro	R\$ 984.786,04	R\$ 102.463,55	R\$ 11.919,60
março	R\$ 976.005,55	R\$ 102.463,55	R\$ 11.919,60
abril	R\$ 990.209,96	R\$ 102.110,65	R\$ 11.919,60
maio	R\$ 1.001.341,40	R\$ 99.473,81	R\$ 12.061,80
junho	R\$ 998.597,79	R\$ 106.328,75	R\$ 12.061,80
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 5.797.245,58</b>	<b>R\$ 615.303,86</b>	<b>R\$ 71.802,00</b>

## 6. GESTÃO FINANCEIRA

Na área financeira, o Município (Prefeitura e Câmara) repassou regularmente as contribuições legais de custo normal e suplementar. Os parcelamentos CADPREV foram pagos normalmente através das guias emitidas e encaminhadas ao executivo.

### RESUMO DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS NO DIPR

Competência	Contribuições “Patronal” e “Servidores”	Aportes	Parcelamentos	Demais ingressos
Janeiro	512.913,12	337.886,65	250.137,00	525.113,68
Fevereiro	581.143,65	337.886,65	252.911,84	270.972,94
Março	531.939,75	337.886,65	255.479,71	297.522,09
Abril	497.830,03	337.886,65	258.877,47	203.961,61
Maiο	533.941,63	337.886,65	261.984,80	298.335,75
Junho	498.860,41	337.886,65	264.859,21	598.454,93

- Os balanços orçamentários e financeiros são analisados pela diretoria e conselho fiscal, quando da análise mensal das pastas. Estão regularmente publicados, podendo ser visualizados através do site <http://iprevpba.mg.gov.br/>

## 7. FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

As ações de controle do IPREV PBA são acompanhadas pela Controladoria Geral do Município de Paraopeba e pelo próprio Instituto, que poderá exercer seu poder de autotutela. A Controladoria do Município agrega em suas competências, ações de controle que também estão sujeitas à orientação por parte da Secretaria de Previdência, orientações do TCE/MG, orientações da Assessoria Jurídica do Município. Realiza auditorias com vistas ao cumprimento da legislação previdenciária, da legislação administrativa e a outros preceitos legais e regulamentares. Analisa mensalmente as pastas de receitas e despesas do IPREV PBA, bem como analisa semestralmente os processos de aposentadorias e pensões por morte, bem como os processos licitatórios. Regularmente solicita documentação para análise e faz recomendações. O Controle Externo do IPREV PBA deve ser acompanhado pela Câmara Municipal, bem como pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, dada à necessidade de prestação de contas imposta pelo parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal.

## 8. TRANSPARÊNCIA

O IPREV PBA manteve atualizado, seu site no endereço eletrônico, [www.iprevpba.mg.gov.br](http://www.iprevpba.mg.gov.br). Publicou, dentre outros, as Atas das Reuniões do Conselho, Comitê de Investimentos e Diretoria, Política dos Investimentos, Balancetes da Receita, Balancetes da Despesa, Balanços, Legislação em Geral, Avaliações Atuariais, além da Carta de Serviços ao Servidor e ao Cidadão, atendendo ao princípio da transparência da coisa pública.

### 8.1. Ouvidoria

O IPREV PBA instituiu por meio da Resolução nº 001/2020 de 02 de dezembro de 2020, a OUVIDORIA e na mesma data designou a servidora Ana Cláudia Freitas, para exercer as funções de ouvidora. A princípio, as funções não serão remuneradas, cumulando-as com as que atualmente exerce no Instituto. Além deste canal, o acesso poderá se dar por e-mail, por telefone e pessoalmente, encontrando-se no site, todas estas informações. O IPREV PBA, também possui um link de acesso direto ao site da prefeitura, que traz como canal de comunicação, entre outros, o *e-sic* e a Ouvidoria. Não houve nenhuma

reclamação, sugestão, denúncia ou elogio durante o primeiro semestre de 2022, quando da instituição da ouvidoria e nem mesmo no antigo “Fale Conosco”.

## 9. GESTÃO DE INVESTIMENTOS

O primeiro semestre de 2023 encerrou com certo otimismo econômico, houve progresso no processo de desinflação, embora os indicadores de núcleo e serviços permaneçam relativamente elevados. Os indicadores econômicos brasileiros proporcionaram melhores expectativas pelo mercado, o que resultou em ganhos, principalmente em alocações em renda fixa, com rentabilidade de R\$ 1.435.555,15 no agregado de fundos investidos pelo IPREV-PBA.

No cenário externo, identifica-se uma atividade econômica debilitada, com exceção da economia norte americana, que continua apresentando um mercado de trabalho aquecido.

De forma geral, os Estados Unidos ainda apresentam uma resiliência na economia. A terceira preliminar do Produto Interno Bruto (PIB) evidencia a robustez das atividades econômicas no primeiro semestre, e afasta cada vez mais um cenário projetivo de recessão. Nota-se que o crescimento foi dependente do setor de serviços, enquanto a indústria segue em declínio, com uma desaceleração severa em novos pedidos de produção.

Mesmo assim, o Comitê de Investimentos do IPREV-PBA se mantém vigilante quanto a exposição em renda variável, principalmente em fundos BDR. A decisão tomada no início do ano de manter alocações em renda fixa pós fixada, ainda é condizente com o atual cenário de juro alto e inflação convergindo para o teto da meta, logo, entendemos que a relação de risco e retorno não é simétrico para posições que possam se expor a econômica norte americana.

Ainda sobre a economia americana, o Federal Reserve (Fed) não hesitou em anunciar a possibilidade de retomar o aumento dos juros ao longo do ano, essa estratégia está condicionada aos próximos resultados do mercado de trabalho e da inflação, principalmente na persistência de um núcleo elevado. O comunicado ocorreu após o Comitê de Mercado Aberto (FOMC), do Fed, decidir a manutenção dos juros entre 5% e 5,25%, a fim de avaliar os efeitos do aperto monetário, mais uma vez, reforçando a posição do Comitê em manter exposição a taxa de juro local.

Ainda sobre o cenário doméstico, o Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, ainda não iniciou o ciclo de queda da Selic, mesmo já sendo amplamente precificado pelo mercado, através do DIFUT.

Contudo, a última ata do Copom, evidenciou uma divergência de ideias a respeito dos próximos passos na determinação dos juros. Enquanto alguns membros prezam pela cautela, outros afirmam que o processo deflacionário pode permitir maior confiança para o ciclo de juros na próxima reunião.

No campo político, o Senado aprovou o texto-base do projeto de lei complementar que trata o novo arcabouço fiscal. A versão aprovada trouxe alterações, com sugestões acatadas pelo senador Omar Aziz em relação à retirada de alguns custos nas regras estabelecidas para o crescimento das despesas públicas.

Outro importante projeto político do semestre, envolve a Reforma Tributária, pauta em que o deputado Aguinaldo Ribeiro apresentará no plenário da Câmara dos Deputados.

Conforme já sinalizado, o Imposto sobre o Valor Agregado (IVA), de caráter dual, substituirá o IPI, o PIS, o Cofins, o ICMS e o ISS. Os impostos serão não cumulativos e deve haver um sistema de devolução de imposto por meio de cashback.

Diante do exposto, os próximos passos do Comitê de Investimentos do IPREV-PBA será acompanhar essa dinâmica política que afeta diretamente os juros longos. O Comitê já sinalizou o início das discursões a respeito de aumentar a *duration* da carteira.

Por fim, o IPREV-PBA encerrou o semestre com retornos de 7,05%, o equivalente a 131% da meta atuarial no período.

O atual portfólio é predominante de fundos pós fixado, cujo total de alocação em renda fixa, somam 90% do portfólio. Os 10% restante se dividem em fundos multimercado – hedge, alocação macro e juros/moedas – e fundos imobiliários.

No semestre, o fundo Orla BRA1 Renda Fixa, único ativo investido pelo IPREV-PBA em processo de liquidação, efetuou o total de R\$117.729,02 de amortizações no semestre.

## 9. GESTÃO ATUARIAL

Avaliação Atuarial é o estudo técnico desenvolvido pelo atuário, baseado nas características biométricas, demográficas, econômicas e financeiras da população e do

plano de benefícios analisados, com o objetivo principal de estabelecer, de forma suficiente e adequada, os recursos necessários para a garantia dos pagamentos dos benefícios previstos pelo plano. O IPREV PBA, contou, no 1º semestre, com os serviços na área atuarial, prestados pela Aliança Assessoria Atuarial LTDA, que deu todo suporte às necessidades do Instituto. No estudo atuarial com data focal em 31/12/2022, o passivo atuarial foi de R\$ 200.318.740,65, mas o plano de custeio aprovado pelo Decreto nº 059/2021, é suficiente para a cobertura do passivo atuarial apontando, por este motivo não foi necessário a aprovação de novo plano de custeio.

### 9.1. Evolução da Situação Atuarial

**QUADRO 1: VARIAÇÃO DOS CUSTOS NORMAIS DAS ÚLTIMAS AVALIAÇÕES ATUARIAIS**

CUSTO NORMAL	AV. ATUARIAL	AV. ATUARIAL	AV. ATUARIAL
	2021	2022	2023
Aposentadorias com reversão ao dependente	14,83%	17,71%	18,59%
Invalidez com reversão ao dependente	3,69%	4,07%	4,11%
Pensão por morte	3,70%	4,01%	3,94%
Auxílios	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa de Administração	2,00%	2,00%	2,00%
<b>CUSTO NORMAL</b>	<b>24,22%</b>	<b>27,79%</b>	<b>28,64%</b>

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

**QUADRO 2: VARIAÇÃO DOS RESULTADOS DAS ÚLTIMAS AVALIAÇÕES ATUARIAIS**

RESERVAS MATEMÁTICAS (RMBAC + RMBC)	AV. ATUARIAL 2021	AV. ATUARIAL 2022	AV. ATUARIAL 2023
(-) Reserva Matemática de Benefícios Concedidos (RMBC)	R\$ 117.425.905,52	R\$ 121.305.710,13	R\$ 163.596.598,18
(-) Reserva Matemática de Benefícios a Conceder (RMBaC)	R\$ 122.083.084,07	R\$ 141.223.027,46	R\$ 164.731.008,58
= Reservas Matemáticas (RMBaC + RMBC)	<b>R\$ 239.508.989,59</b>	<b>R\$ 262.528.737,59</b>	<b>R\$ 328.327.606,76</b>
(+) Ativo Líquido do Plano	R\$ 43.614.467,65	R\$ 49.555.455,92	R\$ 53.780.612,60
(+) Compensação Previdenciária	R\$ 14.719.354,38	R\$ 29.125.954,33	R\$ 36.164.686,36
<b>(=) RESERVA A AMORTIZAR</b>	<b>R\$ (181.175.167,56)</b>	<b>R\$ (183.847.327,34)</b>	<b>R\$ (238.382.307,80)</b>

Elaboração: Aliança Assessoria e Consultoria Atuarial.

## 10. APRIMORAMENTO LEGAL E NORMATIVO

É importante ressaltar que a Assessoria exerce importante papel no relacionamento institucional uma vez que atua como interlocutora com o Poder, Ministério Público, Defensoria Pública e órgãos de controle, para o cumprimento das decisões judiciais e administrativas. Destacamos que em todos os processos de aposentadorias e pensões foram juntados Pareceres Jurídicos. Além das Portarias concedendo aposentadorias e pensões elencadas neste relatório.

## 11. DADOS DOS SEGURADOS

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Paraopeba – IPREV PBA, não possui quadro próprio de pessoal, tendo duas servidoras cedidas pela prefeitura, quais sejam: Rosângela Ferreira da Costa e Ana Cláudia de Freitas. Ambas cumprem carga horária de 40 horas semanais e são pagas pelos cofres da prefeitura.

Aposentados e pensionistas do IPREV PBA até junho de 2023.

- 256 Aposentados
- 44 Pensionistas IPREV PBA
- 06 Pensionistas da prefeitura, sendo que os valores são repassados mensalmente e geridos pelo IPREV PBA

